

ATA DA 071ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro da Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Continua o debate sobre os serviços públicos.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Reporta-se aos problemas nas escolas.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Reporta-se à matéria estampada no *Diário Catarinense* do dia 19.

### Partidos Políticos

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Defende as pequenas agroindústrias.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Defende o curso de Medicina na Universidade Fronteira Sul.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Reporta-se ao passamento do prefeito de Tubarão.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Serafim Venzon.

**DEPUTADO DADO CHEREM** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Serafim Venzon.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Defende o secretário nacional Leodegar Tiscoski.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, nesta manhã de quinta-feira, quero continuar o debate desta semana sobre os serviços públicos no estado de Santa Catarina, no Brasil e na sociedade brasileira, enfim, no geral.

Falei ontem que, diferente do que acontece na educação e na saúde, na Segurança Pública existe uma política de fortalecimento, que foi tomada com vigor desde o início do governo Raimundo Colombo. E isso é retrato, deputada Angela Albino, da imensa cobrança da sociedade, principalmente na eleição geral de 2010.

O governo tem autorizado as instituições de segurança a contratar efetivo numa quantidade maior do que era comum anteriormente. A Polícia Militar, por exemplo, tem autorizado todos os anos a contratação de um mil. A instituição é que não está conseguindo fazê-lo, por conta também de deficiências estruturais históricas, e isso aliado a outras questões, como tratamento diferente do que vinha sendo feito anteriormente, na nossa avaliação, tem começado a melhorar a segurança pública da sociedade catarinense.

Nós voltaremos a falar disso em outras oportunidades, porque há vários aspectos dessa questão que nos leva a afirmar que a segurança pública começa a melhorar. Mas isso não quer dizer que na semana que vem ela estará melhor. Quer dizer, se mantida essa tendência, essa política, deputada Angela Albino, por dez anos, por todos os governos que assumirem nesse período, sentiremos uma melhora nos índices de segurança pública no estado de Santa Catarina.

É um longo caminho de volta depois de mais de duas décadas desmontando a segurança pública, como, aliás, tem sido feito também com os outros serviços essenciais.

Mas quero hoje falar de outro serviço essencial, que é a saúde. Falava, ontem, também a respeito disso, especialmente da questão das vacinas de prevenção à gripe, que em nosso estado tem assumido um caráter mercantil. Os poderes públicos, a secretaria de estado da Saúde e demais poderes públicos do setor têm-se preocupado em garantir essa vacina somente para aqueles chamados grupos de risco, deixando a população em desespero: os servidores públicos que trabalham todos os dias diretamente com a população, os usuários de transporte coletivo, os estudantes que todos os dias estão com outros 30, 40 jovens dentro da mesma sala, como professores e professoras, estão sendo submetidos a essa situação e o governo não pensa em garantir a vacinação gratuita para esse setor.

Santa Catarina assume um caráter de mercado, com critérios, inclusive, de agiotagem, porque se fala que o custo de produção pela Fiocruz é de R\$ 7,00. Vamos supor que haja transporte, acondicionamento, preservação, mas há pessoas em nosso estado, evidentemente que em estabelecimentos privados, vendendo a vacina há mais de R\$ 100,00. O valor de R\$ 70,00 é muito comum, mas é dez vezes mais o preço, portanto. Inclusive na Segurança Pública, na Polícia Militar, a associação beneficente, que é uma entidade civil de direito privado dos policiais

militares, vende para o policial militar a R\$ 30,00.

Então, é uma lógica preocupante porque temos uma doença que possivelmente poderia ser contida e extinguida, embora não seja especialista na área, e estamos brincando com isso. Os poderes públicos em geral, nas esferas municipal, estadual e federal, estão brincando com essa questão, com a possibilidade de nos próximos anos termos epidemias mais violentas da doença. É uma lógica mercantil instituída na saúde.

A saúde vira também uma atividade econômica. E isso desgraçadamente não é mais só a percepção e a lógica de pensar das empresas da área farmacêutica, não é mais uma forma de pensar, inclusive, dos proprietários de clínicas e de hospitais particulares, mas passa a ser também uma forma de pensar dos gestores públicos, dos governantes, daqueles que têm a atribuição de cuidar da saúde da sociedade, daqueles que receberam um mandato para administrar a saúde da cidade.

Há 20 anos ouvíamos muito que o estado tem que se preocupar com educação, saúde e segurança, que essa era a atribuição do estado, ou seja, cuidar dos serviços essenciais, que isto, sim, o estado tinha que fazer bem. Então, privatizaram todo o minério, o solo, o subsolo, o petróleo, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce, a Usiminas, a Embraer, as telecomunicações, enfim, tinham que privatizar tudo, porque só assim o estado poderia fazer bem o seu serviço nas áreas essenciais que deveria ser a educação, a saúde e a segurança.

Depois que venderam todas as coisas, agora estão vendendo os produtos, e os gestores passam a pensar com a cabeça de mercadores. Fecharam os leitos do Hospital Materno Infantil Hans Dieter Schmidt, de Joinville. Eram dez leitos que estavam sempre ocupados e foram fechados.

Aquela é uma organização social, uma entidade privada que cuida dos pacientes com o dinheiro público. E o argumento é que o Hospital Infantil Joana de Gusmão, de Florianópolis, atende à

demanda estadual, mas tem somente oito leitos de queimados; há fila de espera. É possível pensar em fila de espera para leitos de crianças queimadas?! Sem falar de uma enorme quantidade de cirurgias reparadoras que são obrigatórias, que ficam aumentando nas filas.

Os leitos foram fechados em Joinville, e o argumento do gestor, do responsável do estado pela questão, é que não havia retorno financeiro, quer dizer, analisando friamente não havia retorno financeiro, lucro. Foi dito com essas palavras.

Essa é uma atitude criminosa por parte de quem está gerindo a saúde pública do estado de Santa Catarina, embora seja com recursos públicos, e garanto que não é privatização, mas a lógica do próprio gestor passa a ser dar lucro ou não, se é viável financeiramente ou não a vida das pessoas.

Estão entregando toda a saúde catarinense para organizações sociais, mas já estão pensando na lógica de mercadores, inclusive os gestores estão pensando a saúde e a vida como se fosse um negócio, ou seja, se dá retorno ou não cuidar de crianças queimadas. Não é desesperadora uma situação como essa no nosso estado?

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Ouço v.exa. antes que continue me empolgando e não consiga mais parar.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Mas é muito justa a indignação de v.exa., porque é uma lógica perversa que está instalada e que está delineando os caminhos da saúde pública catarinense e da secretaria estadual da Saúde.

A denúncia que v.exa. acaba de fazer, e que eu também já havia feito desta tribuna, sobre o fechamento da ala de queimados no Hospital Hans Dieter Schmidt, de Joinville, que está sob uma organização social, foi sob a alegação de que não dava lucro e transferiu esse serviço para o Hospital Infantil Joana de Gusmão.

Então, veja bem, quando é o filé mignon, quando é para obter lucro - e esse é a lógica perversa -, faz bem e a organização social aceita.

E quando não dá o lucro devido, transfere apenas para os ombros dos serviços públicos.

Portanto, essa lógica perversa preocupa-nos e também a situação da Gripe A, porque essa lógica privatizante que está predominando também em relação dá a entender que falta política pública de acompanhamento em relação a essa grave situação que estamos vivendo em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Deputado Volnei Morastoni, lamento não haver mais tempo para v.exa. concluir o seu raciocínio. Mas quero dizer que vamos continuar fazendo esse debate. V.Exa., presidindo a comissão de Saúde, tem puxado essa discussão, e vamos continuar fazendo esse debate na Casa. É inadmissível que a sociedade catarinense e os Poderes permaneçam calados diante dos absurdos que temos visto no nosso estado. Isso terá responsabilidade política e humanitária, no futuro, e vamos cobrar dos responsáveis de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Bom-dia, a todos! Eu vim partilhar com v.exas., hoje, o requerimento que subscrevi para a realização de uma audiência pública para discutir a implantação do ensino fundamental de 6ª a 9ª séries da Escola Básica Januária Teixeira da Rocha, situada em Florianópolis, no Campeche.

Essa comunidade, e é uma escola estadual, portanto é de competência desta Assembleia Legislativa debater o tema, pede, nessa audiência, que haja estudo da 6ª a 9ª séries, lá não há, porque é difícil para as mães liberarem as crianças para irem de ônibus e seria importante que fosse dentro da comunidade.

Mas, nesse meio tempo, sobreveio um fato inusitado. Lá há o 4º e o 5º anos do ensino fundamental e houve a notícia de uma decisão da Gered - Gerência da Educação - que eu vou relatar a v.exas.:

(Passa a ler.)

"No dia 30/05/12" - e essa é uma carta dos pais -, "nós, pais, fomos convocados pela Diretora para uma reunião urgente na Escola Januária Teixeira da Rocha, onde fomos comunicados da decisão da GERED de reenturmar as turmas de 4º e 5º ano e que, sendo assim, a Professora do 4º ano assumiria esta nova composição de turma, a partir do dia 01/06/2012." [...] [sic]

Pode parecer estranho a quem ouça, mas é exatamente isso. Eu vou chamar a atenção de quem está assistindo à TVAL. Imaginem uma mãe de um aluno de 4ª série ou de 5ª série receber a notícia de que essas duas turmas vão ser agrupadas, essas duas turmas vão ter aula juntas.

Ora, como pode uma turma de 4ª série estar junto com uma turma de 5ª série? Como pode o desenvolvimento do conteúdo de matemática, português, geografia e outras matérias de 4ª e 5ª séries serem as mesmas?

Os pais, que fazem um longo relato aqui, procuraram a secretaria da Educação, que viu com grande espanto essa possibilidade e negou que isso fosse acontecer - este manifesto que estou relatando a v.exas. é do dia 1º de junho. Houve a garantia da secretaria da Educação de que isso não iria acontecer de forma alguma.

Acontece que agora, dia 13/06/12, novamente foram comunicados que a partir do dia 01/07/12 essas turmas vão estar juntas. Ora, o que os pais pedem? A reenturmação das duas turmas, pois o 4º ano, especialmente, vem de uma defasagem, já que o 3º ano não pode ter repetência e passou por uma longa greve que prejudicou ainda mais o conteúdo e o ano letivo. E o 5º ano, que se prepara para uma nova fase, acabaria sofrendo as consequências.

Srs. deputados, sou moradora recente do sul da Ilha e fui visitar uma escolinha pequenina. Fui chamada lá para ver as instalações. É uma escolinha pequenina, mas uma escolinha que trata muito afetuosamente os seus alunos e alunas. Tem uma turma de 4ª série com poucos alunos, tem uma turma de 5ª série com poucos alunos, exatamente

para dar conta de poder ministrar condignamente o programa.

A maior perplexidade dos pais e das mães que têm procurado a secretaria da Educação é o desencontro de informações, pois ninguém consegue garantir o que está acontecendo. A situação agora é de logo se enfrentar o encerramento do primeiro semestre e uma norma, até então colocada para eles, que ninguém confirma nem deixa de confirmar, é que a partir do dia 1º de julho essas duas turmas estarão juntas.

Nós tínhamos programado a audiência pública, que mencionei aqui para vocês, para discutir a implantação do 6º ao 9º ano na escola Januária do Campeche, que é de tutela do governo do estado. Mas agora acabamos entrando em outra pauta. É um absurdo, é inadmissível. Imaginemos nós, como pais e mães, sabermos de um dia para outro que o nosso filho da 4ª vai estudar com os alunos da 5ª ou o seu filho da 5ª vai estudar com os alunos da 4ª.

Ora, tem um enorme distanciamento entre um e outro. Eu lembro ainda que na minha época era 4ª série, mas agora é 4º ano do ensino fundamental.

Os alunos ainda são muito ligados à professora, ainda estão num processo de desenvolvimento muito incipiente. E na 5ª série já se avizinha um outro momento, pois o aluno vai migrar para uma nova fase do ensino, onde se multiplicam os professores, onde o conteúdo é diferenciado.

Como podemos juntar essas duas crianças? Como que o estudo que é feito para 5ª série não pressupõe o ensino da 4ª? Aqueles que estão na 5ª vão repetir os assuntos da 4ª? Como pode uma turma ser 4º e 5º ano ao mesmo tempo? É claro que isso é uma ficção completa.

E mesmo que houvesse que discutir que nessa escola não teria mais o 4º ou o 5º ano, o que precisava se feito é o mínimo de possibilidade de passar isso para o ano seguinte, para o ano de 2013. Num novo ano letivo, discutido com os pais, discutido com as professoras, discutido até com os alunos. O que é inadmissível hoje é que sequer se tem a notícia do que de fato está acontecendo.

Vi aqui o deputado Sargento Amauri Soares mencionar sobre alguns avanços no governo, mas é trágico ainda o tratamento que é dado à Educação. Se vê pelo anúncio do governador de reajustes em eventos em São Paulo. Curiosamente não foi feito aqui no estado de Santa Catarina. O tratamento com os educadores de Santa Catarina é tratado em São Paulo, mas não é tratado aqui esse tema!

Arrastou-se indevida e desnecessariamente uma grave pela falta de tato de tratar com esses professores que vivem, sim, uma situação de estrangulamento da sua vivência profissional. A gente vê cada dia menos pessoas se dedicando à arte da educação; cada vez menos queremos que nossos filhos e filhas sejam professores, pela situação que vive a educação especialmente aqui em Santa Catarina.

Agora esse novo desencontro de informações, esse absurdo de idéia que é a escola Januária ali do Campeche querer juntar duas turmas em fases diferentes, tanto de crescimento das crianças como em fase diferente de desenvolvimento.

Em todas as campanhas, em todas as candidaturas, a educação é sempre dita como a principal solução de todos os problemas. Eu acredito nisso. Eu acredito especialmente num dado que a ONU revelou do impacto que tem no desenvolvimento os anos de estudo das mães. Portanto, investirmos na educação não é só na educação dos de hoje. A educação que fica como herança geracional tem um impacto grande nos países. E isso começa do pequeno, começa na creche, que nós disponibilizamos ou não, começa nessas séries iniciais.

Vimos a longa luta travada pelos estudantes, especialmente do Instituto Estadual de Educação, mas também os alunos do Colégio de Aplicação que vieram aqui, do Henrique Stodiek, do Irineu Bornhausen, para dizer que precisavam do cursinho a fim de ter uma chance mínima de concorrer com os outros estudantes a uma vaga na Universidade Federal de Santa Catarina.

É preciso que se diga, sobre o cursinho, que felizmente, na segunda-feira, houve um acerto

entre a Universidade Federal de Santa Catarina e o governo do estado de Santa Catarina. Também é preciso que se esclareça que quando se diz que é o cursinho da UFSC, estamos dizendo que é o cursinho que dá uma chance a esses alunos, a jóia da coroa quanto às vagas das universidades, que é a Universidade Federal de Santa Catarina, que é um ensino de excelência, público e gratuito.

É um cursinho para permitir o sonho da vaga na Universidade Federal de Santa Catarina. E nada mais é, quando o governo do estado se prontifica a ajudar, que corrigir esse erro histórico, que precisa ser apontado para o futuro, a grande correção que todos queremos, que é uma educação pública e de qualidade.

Já falei outras vezes que no começo do século XIX, aliás, em meados do século XIX, Machado de Assis, por exemplo, era um dos professores da rede de ensino público, hoje equivalente ao ensino fundamental no Brasil.

Portanto, o Brasil já ostentou índices tão gloriosos no ensino fundamental e médio quanto hoje o ensino público ostenta nas universidades, e é preciso recuperar isso como uma forma de inclusão social, inclusive.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, que preside esta sessão, sras. deputadas, srs. deputados, deputado Joares Ponticelli, para que fique bem registrado nos Anais desta Casa, vou fazer um pequeno comentário sobre o que está estampado no *Diário Catarinense* do dia 19, quando mais uma vez, em véspera de eleições, observem bem senhores catarinenses, o governo federal volta à tona anunciando ferrovias em Santa Catarina.

Em 1991, quando assumimos pela primeira vez o mandato nesta Casa, quando o saudoso Vilson Kleinübing governava Santa Catarina, discutíamos muito a ferrovia do frango, de Chapecó ao porto de São Francisco, ao porto de Itajaí, interligando

também o porto de Imbituba. Mas até hoje, passaram-se tantos governos, passaram-se tantos governos federais, continua a promessa em véspera de eleições. Revolta, sim, o catarinense, como revolta os brasileiros.

Depois de tanta promessa, foi lançado o aviso de licitação para a contratação de empresas especializadas para a elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental.

Olhem bem, deputados, pela viabilidade técnica, econômica e ambiental! Isso para os seguintes trechos: LOTE 1 - EF - 151 - Ferrovia Norte Sul (FNS) - trecho Panorama/SP - Chapecó/SC; LOTE 2 - EF - 151 - Ferrovia Norte Sul (FNS) - Trecho Chapecó/SC - Porto Rio Grande/RS.

É importante, mas o que nos causa até muitas dúvidas são as afirmações. Aqui afirma o deputado federal Pedro Uczai que a região sul deve ser beneficiada com 1,6 mil quilômetros da malha ferroviária.

Será ou deve ser? Porque entre deve ser e será existe uma diferença muito grande. Então, não temos uma afirmativa real do que irá acontecer; vimos ouvindo essa lengalenga todo ano, principalmente em vésperas de eleições, mas irei torcer para que aconteça.

A afirmativa real da angústia está nestas palavras:

(Passa a ler.)

"Para o presidente da Aurora Alimentos, Mário Lanznaster, as ferrovias são uma necessidade (este pelo menos é sincero) para que Santa Catarina não perca as agroindústrias. Ele afirmou que a ferrovia norte-sul é fundamental para baratear o custo de milho, já que Santa Catarina tem déficit de dois milhões de toneladas de produto."

Então, srs. deputados, é quase uma agressão aos catarinenses, por isso, faço esse registro e irei guardar este jornal *Diário Catarinense* de 19 de junho de 2012.

E as rodovias, deputado Valmir Comin?

(Continua lendo.)

"Promessas para obras em estradas

Também em Chapecó, o ministro dos Transportes, Paulo Passos, anunciou ainda que as obras de pista da duplicação do trecho sul da BR-101, entre Palhoça e a divisa com o Rio Grande do Sul, devem ser concluídas até o final do ano. Obra esta que está atrasada há mais de dois anos."

O próprio ministro reconhece que, há mais de dois anos, esta obra está atrasada causando pânico, morte, prejuízo violento, complicação em toda região sul para aqueles que a usam, porque é a rodovia do Mercosul. Ela não é somente de Santa Catarina, é da Argentina, do Uruguai, do Paraná, de São Paulo e do resto do Brasil.

"Segundo ele, restando outras obras importantes, como a ponte Laguna a Imaruí, que já começou a execução do túnel do Morro dos Cavalos e do Morro do Formigão." Penso que está havendo um engano, eu não vi o início dessas obras, não é a realidade.

"Esse túnel terá nova licitação. Também afirmou que o novo acesso rodoviário de Florianópolis está previsto no Plano de Aceleração do Crescimento, PAC." Para quando? No PAC 4, 5, 6? Enquanto isso Florianópolis fica engavetada aqui com problemas de acesso à BR-101, com problema no anel de contorno desta cidade e assim por diante.

"Licitação da BR-280 sai até o mês que vem." No mês que vem de que ano? "Até julho devem estar prontos os projetos dos lotes de duplicação de 70 quilômetros da BR-470, entre Navegantes e Indaial, para licitação. A rodovia será dividida em quatro lotes, e as licitações ocorrerão em separado, agilizando o processo.

No pacote de rodovias, o presidente da Associação Comercial de Chapecó, Maurício Zolet, entregou ao ministro um documento solicitando a readequação da BR-282 que liga o litoral ao oeste de Santa Catarina."

Esta rodovia já paralisou por várias vezes, tem obras iniciadas, mas sem continuidade, e o mato está crescendo em cima dos aterros. Então, não é possível que continuemos assim. E a BR-280 que ele anunciou aqui a sua licitação, mas não fez

argumentação nenhuma, somente comentou sobre a BR-470?

Então, srs. catarinenses, não é possível ainda vivermos de ilusão. Entendo que os governos têm problemas, entendo que mudou ministro, aliás, na história do Brasil nunca se mudou tantos como neste mandato do governo federal. Entra ministro pela porta dos fundos, sai pela janela; entra pela janela, sai pela porta da frente, e assim por diante. Onde é que vamos encontrar alguém para assumir o ministério e levar esse Brasil para frente?

Não é possível tanta mudança de ministro! Pois isso ainda retarda cada vez mais o progresso de Santa Catarina. E nós catarinenses? E nós brasileiros? Vamos pagar mais uma vez porque há eleição agora e, mais uma vez, promessas de todo jeito e de toda sorte no ano eleitoral. Isso é que revolta o nosso eleitor!

Por isso o nosso eleitor diz: "Não voto mais, não quero votar, porque são todos iguais!"

Não, meu querido catarinense, não são todos iguais! Analise, escolha bem, para que não ocorra novamente esse processo.

Por isso queremos deixar bem registrado nesta Casa para amanhã, quando voltar a esta tribuna, relembrar com muita satisfação, se acontecer as obras, mas se não acontecer, deputado presidente, iremos voltar a cobrar com veemência.

Temos poupado sim e muito, porque aguardávamos o desenrolar dos acontecimentos. Agora, o gargalo vai permanecer novamente em Laguna e vai criar um problema seriíssimo para todos que transitam lá.

Não entendo, duplica-se 99% da rodovia, e exatamente em Laguna, onde foi apresentada a maquete há muitos meses ou até anos, participamos de uma beleza de uma obra superfaturada que dava para comprar Santa Catarina pelo valor daquela ponte.

O governo, alertado pelo Tribunal de Contas da União, decretou a suspensão daquele edital, porque alguém estava levando. E agora um novo edital, uma nova licitação, para que realmente aconteça aquela obra.

Srs. catarinenses, fiquem de olho aberto!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado Reno Caramori, v.exa. está extravasando todo o estresse da semana. Até que faz tempo que não muda ministro, deputado Reno Caramori.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses, vou dividir o tempo com o nosso querido companheiro deputado Volnei Morastoni e gostaria de aproveitar esta parte do tempo que utilizarei para trazer um assunto que está preocupando as pequenas agroindústrias, as agroindústrias familiares que no oeste de Santa Catarina têm sido uma alternativa de fonte de renda para o agricultor, inclusive para a permanência do agricultor no campo.

Até hoje a inspeção sanitária sempre foi realizada pela Cidasc gratuitamente, através de seus veterinários, ou seja, é preciso que haja inspeção sanitária nos produtos, obviamente. Mas infelizmente, agora com a terceirização desse serviço, cobra-se a inspeção sanitária, antes prestada pela Cidasc, e atualmente realizada por empresa terceirizada, em alguns lugares.

Cito o caso dessa manifestação que foi fruto, inclusive, da aprovação unânime de uma moção de todos os vereadores que compõem a Câmara Municipal de Concórdia, exatamente em função dessa cobrança que onera mais as agroindústrias familiares, aumentando consideravelmente o seu custo.

Temos, para se ter uma ideia, em muitos lugares pequenas agroindústrias, às vezes são até associação de famílias, de vizinhos, e só em Concórdia são cerca de 40 pequenas agroindústrias que trouxeram uma nova perspectiva de desenvolvimento inclusive para o meio rural, para a subsistência da própria agricultura familiar e pequenos frigoríficos, enfim, atividades que estão

movimentando a economia, gerando emprego, mantendo e fortalecendo a agricultura familiar.

Essa é uma das questões que sempre foi tratada com dificuldade, a inspeção sanitária, pois a Cidasc tem pouca equipe para fazer isso, mas com essas terceirizações que estão acontecendo agora está onerando mais ainda as agroindústrias.

Então, estamos trazendo essa preocupação. E inclusive encaminhei uma indicação ao sr. secretário da Agricultura, também ao presidente da Cidasc, a fim de que mantenham esse serviço fornecido diretamente através da Cidasc, uma vez que essas pequenas agroindústrias, além do trabalho econômico de produção, fazem um trabalho social relevante também para a manutenção da cadeia produtiva do campo.

Assim, externo essa preocupação e torço para que a Cidasc possa rever isso e colocar à disposição alguns veterinários nessas agroindústrias. Então, que possamos ter um olhar diferente para a agricultura familiar catarinense que está heroicamente lutando para se manter e para continuar gerando emprego. Esse é o apelo que fazemos essa manhã.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário destinado ao PT, com a palavra o deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, deputado Reno Caramori, quero agradecer ao deputado Neodi Saretta pelo espaço no horário destinado ao nosso partido.

Quero aproveitar para me manifestar sobre um assunto que tenho evitado falar até para não prejudicar algumas tratativas que estão em andamento, mas há duas semanas estive participando de uma audiência pública em Chapecó, juntamente com a deputada Luciane Carminatti, representando a comissão de Educação desta Casa, também com a participação do deputado Dirceu Dresch e o deputado Cláudio Vignatti. Foi uma audiência muito ampla, com a participação do povo do oeste de Santa Catarina, em função da reivindicação da

abertura de um curso de Medicina na Universidade da Fronteira Sul, instalada em 2009, no governo do presidente Lula, quando tivemos essa importante conquista para a região oeste catarinense, cujos campi estendem-se do Paraná a Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, mas tendo a reitoria em Chapecó. Então, surgiu a oportunidade porque a presidente Dilma Rousseff estava por anunciar novos cursos de Medicina nas universidades federais.

Então, seria muito importante para Santa Catarina conquistar um curso de Medicina na Universidade da Fronteira Sul, uma vez que temos somente um curso de Medicina público na UFSC, que dispõe 100 vagas por ano, que são muitíssimo disputadas, e temos por outro lado nove cursos privados, do sistema Acafe. Esses cursos privados de Medicina estão na UnoChapecó, Furb, Unoesc, Unisul/Tubarão, Unesc, Uniplac, Univale, Unisul/Palhoça, Univille. São nove cursos privados, mas temos somente um curso público federal. Era uma grande oportunidade, mas para nossa surpresa em vez de esse curso ser destinado para a Universidade da Fronteira Sul no campus de Chapecó, foi para Passo Fundo.

O Rio Grande do Sul já tem seis cursos federais de Medicina e já dispõe de 600 vagas por ano. Enquanto em Santa Catarina existem apenas 100 vagas. Então, há uma evidente disparidade na oportunidade de acesso aos cursos federais públicos de Medicina entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina e também com o Paraná.

O Paraná dispõe em torno de 300 vagas por ano nos cursos públicos. Eu tive a minha feliz oportunidade de fazer o meu curso de Medicina na Universidade Federal do Paraná. E o Paraná dispõe de mais de 300 vagas em cursos públicos. O Rio Grande do Sul mais de 600 vagas, enquanto Santa Catarina apenas 100 vagas.

Portanto, mais do que justa, mais do que legítima reivindicação de Chapecó para que esse curso de Medicina fosse para o campus de Chapecó. Infelizmente, foi mais uma vez em favor dessa disparidade, contemplado o campus de Passo Fundo.

Portanto, agora, precisamos juntar força, e sei que essas forças estão sendo arregimentadas por várias movimentações, para que em breve possamos ter uma importante audiência junto ao governo federal, ao ministério da Educação e em outros espaços do governo federal, para que possamos conquistar uma parte, ao menos uma parte, de vagas federais para o curso de Medicina no campus de Chapecó, da Universidade Fronteira Sul.

Isso é importante, porque constatamos no dia a dia da saúde catarinense essa imensa disparidade que temos na distribuição dos serviços de saúde em todos os níveis e também na distribuição dos profissionais médicos, porque a grande concentração se dá na Grande Florianópolis e para o litoral norte, para a região de Itajaí, Blumenau, de Joinville. Essa é a grande concentração dos serviços de saúde em todos os níveis, principalmente de alta complexidade. E também 70% dos médicos catarinenses estão praticamente concentrados nessa região. É flagrante a falta de médicos especialistas no interior.

Agora, não quer dizer que os estudantes que virão para Santa Catarina, e poderão vir de outros estados brasileiros, vão somente por isso se fixar na região oeste. Mas será um ponto muito importante para uma universidade como a Fronteira Sul esse curso de Medicina público federal.

O curso vai propiciar que essa universidade tenha os hospitais, utilizando-se dos próprios hospitais da região, como o Hospital Regional de Chapecó e outros como hospitais escolas, fazendo com que esses estudantes também criem vínculo com a região.

A universidade, com esse curso de Medicina, vai se tornar um centro de pesquisa na tríplice função que uma universidade tem: ensino, pesquisa e extensão.

Nessa tríplice função da universidade, na área da Medicina vai propiciar centros de pesquisas e propiciar centros de referência não somente para formação de profissionais médicos, mas depois para residência médica, também para cursos de pós-

graduação em vários níveis, que vai se tornando aquela região de Chapecó também um centro de referência em excelência na Medicina. E isso vai atraindo profissionais para que nós possamos também fixar profissionais médicos nesta região importante do oeste, do grande oeste e do meio-oeste do nosso estado, que vão se referenciar a partir desse curso de Medicina de uma universidade federal, com todas as possibilidades de investimento. Então, o nosso estado somente tem a ganhar.

Acho que é uma causa meritória e que vamos em breve tenho certeza conquistar mais esse curso de Medicina para Universidade Federal Fronteira Sul, do campus de Chapecó.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero cumprimentar todos os catarinenses em nome da Assembleia Legislativa, mas, principalmente, em nome do PSDB.

Neste momento ocupo esta tribuna com a autorização do nosso líder, deputado Dado Cherem, e quero aqui, inicialmente, fazer um cumprimento especial à população de Tubarão, aos familiares do prefeito Manoel Bertoncini. Ele, nesses três anos de doença, foi um vencedor que, mesmo fazendo tratamento médico e conhecendo a evolução natural da doença, não se deprimiu e continuou administrando com austeridade e promovendo o entusiasmo em todos os seus colaboradores para que a prefeitura e a comunidade de Tubarão não tivessem nenhum prejuízo.

Por isso, quero aqui cumprimentar esse vencedor do PSDB, através da esposa dra. Márcia Regina, que também é médica, os filhos, a Laís (20 anos) e o Igor (14 anos).

Imaginamos a dor que eles devem estar sentindo ao ver o pai partir, mas seguramente ele foi um herói, e eles deverão se orgulhar, como nos orgulhamos todos nós políticos, todos nós do PSDB.

Neste espaço transmito o nosso abraço especial à família. Quero aqui também cumprimentar todos os peessedebistas, o meu diretório de Brusque, o diretório do PSDB de todo estado de Santa Catarina, que seguramente neste momento está solidário com a família do prefeito Manoel Bertoncini que nos deixa enlutados.

Ele foi exemplo como médico, como pai de família, como político que, agora, honrosamente deixa o cargo ao vice-prefeito.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Eu concedo, com a permissão do deputado Dado Cherem, primeiramente ao deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Serafim Venzon, quero me associar à manifestação de v.exa.

É de conhecimento daqueles que militam na atividade política que divergimos em Tubarão, em que pese termos apoiado a candidatura do dr. Manoel Bertoncini, votado nele, pois oferecemos o vice, mas, infelizmente, na caminhada houve uma divergência política, e o nosso partido acabou se afastando da administração municipal.

Mas à parte essa divergência política que não pode ser misturada, quero me associar à manifestação de v.exa. no sentido de transmitir à família, à Márcia, aos filhos, aos familiares todos, aos amigos, os meus sentimentos pelo passamento.

Eu sempre digo que aos adversários se roga saúde e vida longa, e era isso que eu rogava de coração, de fé, ao dr. Manoel Bertoncini. Desde o início nós acompanhamos esse sofrimento todo. Ele foi um lutador contra a doença, não há como negar, ele era médico e sabia da gravidade da doença e lutou bravamente por sua saúde. E sua memória terá o nosso respeito, o nosso carinho. E quero me

associar a essa manifestação de solidariedade a todos os seus familiares e amigos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli, o seu aparte será incorporado ao nosso pronunciamento.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Concedo um aparte ao nosso líder, deputado Dado Cherem.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Serafim Venzon, a lembrança que tenho do nosso querido amigo Manoel Bertoncini, além das suas lidas com a saúde pública, ele que foi secretário municipal de Saúde e depois prefeito...

A última vez que estivemos em Tubarão, Criciúma e Imbituba, conversamos com o dr. Manoel Bertoncini sobre a sua doença. Como médico ele sabia de toda a gravidade que se passava, mas disse-me que Deus tinha sido muito bondoso com ele, porque as coisas apareciam e ele conseguia resolver.

Ouvindo isso de um médico, sabendo do grau da sua doença, ele apegado a esse dom do espírito, isso me surpreendeu de uma maneira muito forte. E a lembrança que eu fico dele é de um guerreiro abnegado e resignado.

Então, em nome do PSDB também quero me irmanar à dor da perda, da partida do nosso querido Bertoncini. Sei que é difícil, sei que não é fácil, mas é um momento que todos nós um dia vamos enfrentar. E tomara Deus que nós possamos enfrentar como ele enfrentou, com muita dignidade, em pé, uma batalha tão difícil.

Também quero aproveitar a oportunidade, deputado Serafim Venzon, para mostrar a minha indignação da maneira como alguns secretários de estado têm tratado este deputado. Não vou ficar mais quieto, não vou levar mais bola nas costas de secretário de estado.

Pessoas que têm obras em minha região, da qual sou representante legítimo, legitimado pelo voto... Aqui estou pelo voto, acompanhando o governador Raimundo Colombo, mas não posso aceitar que façam reuniões de obras em minha região sem a

sua presença, sem a minha presença, sem a presença do deputado Volnei Morastoni.

Ontem teve uma reunião na secretaria de Infraestrutura em que o secretário Valdir Cobalchini ignorou olímpicamente os deputados da região, em obra tão importante como é a duplicação Brusque/Itajaí.

Luta minha, luta sua, luta do deputado Volnei Morastoni, mas simplesmente fazem reunião sem a nossa presença. O governador Raimundo Colombo tem sido extremamente correto com os deputados, tentando atender a todos, mas não vou ficar mais calado para nenhum secretário que seja deste governo. Minha paciência se esgotou. Bola nas minhas costas, jamais. Ou me respeitam, ou respeitam meu mandato ou a coisa vai começar a mudar aqui na Assembleia Legislativa. Deu! Aceito, sim, dificuldades de governo, agora, bola nas costas e traiagem não aceito! E a partir de hoje vou mudar, srs. deputados. Na minha região quero pelo menos ser respeitado e ouvido na condução do processo político-administrativo.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado.

V.Exa. como eu, como o deputado Volnei Morastoni, é deputado. Já fomos vice-prefeito, o deputado Volnei Morastoni já foi prefeito, então, somos os que mais conhecemos a realidade. E naturalmente que a discussão dos assuntos ou dos investimentos possíveis a serem feitos ali precisam, sim, ter a nossa participação, até porque, se Deus quiser, vamos conseguir incluir nessa remessa de recursos que virão do BNDES... E estão previstos mais de R\$ 5 bilhões vindos do BNDES e ainda de dois a três bilhões vindos do governo federal para todo o estado de Santa Catarina.

Nós, os 40 deputados, seguramente vamos participar do fracionamento, da pulverização desses recursos que não podem apenas ser dirigidos para obras, mas essa obra tem que promover o desenvolvimento.

Esses cinco ou seis bilhões que o governo vai investir a mais no estado de Santa Catarina

certamente se somará com mais dois ou três bilhões que o governo do estado terá, se conseguirmos em breve fazer essa renegociação da dívida que o estado de Santa Catarina tem com a União.

Em 1998 emprestamos R\$ 4 bilhões. Até agora, em 14 anos, pagamos de sete a oito bilhões e ainda estamos devendo R\$ 10 bilhões. Quer dizer, é um juro, uma correção que não termina nunca. O tempo vai passando e simplesmente vai aumentando a nossa dívida que compromete 13% de toda arrecadação do estado de Santa Catarina.

Então, o deputado Dado Cherem colocou muito bem no seu pronunciamento que o deputado da região precisa participar das iniciativas que o governo fará na sua região.

Os representantes da cidade de Brusque, quando estiveram na secretaria de Infraestrutura, vieram com boas intenções, mas os deputados da região não foram chamados para discutirem possíveis investimentos que devem ser feitos nas suas cidades. Nós queremos investimentos, nós queremos participar dos investimentos, justamente porque quando éramos candidato estivemos na região, ouvimos a comunidade, conhecemos a real necessidade de cada cidade, especialmente da nossa região. Assim como o governo do estado, o secretário de estado, que é a extensão do governador, quer levar esses investimentos para todo o estado de Santa Catarina, nós os representantes de nossas regiões queremos estar junto com essas iniciativas, porque são importantes no ponto de vista social...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos

assistem através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, já que hoje é o dia das queixas na Casa, deputado Valmir Comin, eu também quero apresentar a nossa queixa, a nossa indignação, e fazer coro à manifestação do deputado federal Peninha, ontem, na Câmara dos Deputados, deputado Aldo Schneider.

A queixa que vou fazer é ainda maior do que a do deputado federal Peninha, porque vou reclamar da própria família, vou reclamar da traição interna que sofremos, que foram as negociatas do deputado Paulo Maluf, colocando na bandeja a cabeça do secretário Nacional de Saneamento, Leodegar Tiscoski.

Foi profundamente lamentável esse episódio. E haverá de ter desdobramentos internos no nosso partido, deputado Volnei Morastoni, porque é justo que o deputado Paulo Maluf e o ex-presidente Lula façam entendimentos políticos, isso faz parte do jogo político. Enquanto não se fizer a reforma, enquanto não se impuserem parâmetros para composições, isto vai acontecer.

Ver nesta eleição todo tipo de coligação, inclusive de PT com PSDB, que são coisas aparentemente antagônicas, nós com o PMDB, Democratas com PT, enfim, todo tipo de coligação vai acontecer.

Eu não quero aqui questionar a legitimidade da busca do apoio do Lula, do apoio do grupo do Maluf à candidatura do Fernando Haddad. O Lula está no papel dele, porque está buscando apoio para o seu candidato, mas daí o Maluf, que é do meu partido, entregar a cabeça de um companheiro do quilate do Leodegar Tiscoski e entregar uma secretaria nesse processo de composição é o tipo de ação que não podemos concordar, deputado Valmir Comin. Até porque o comportamento do Partido Progressista em Santa Catarina é muito diferente.

Nós próprios, deputado Reno Caramori, atendemos ao chamamento do governador Raimundo Colombo e entramos na base do governo sem ocupar cargos, sem aceitar cargos. E quando um deputado federal do nosso partido reivindica para compor um espaço que é de um companheiro valoroso como Leodegar Tiscoski, para entregar para outro

cidadão que nem conhecemos, é um prejuízo duplo que reclamamos, primeiro, pela perda de um espaço importante do Partido Progressista na secretaria nacional de Saneamento Ambiental, que é uma secretaria com porte de ministério pela grande capacidade de investimentos que tem pelo Brasil afora. Segundo, pela perda para o estado de Santa Catarina.

O nosso estado, deputado Elizeu Matos, perdeu muito com a saída de Leodegar Tiscoski daquela secretaria. Na sua cidade, Lages, por exemplo, e v.exa. conhece e reconhece o esforço do prefeito Renato Nunes de Oliveira, o Renatinho, todos os investimentos feitos na área de saneamento, na área de prevenção de enchentes, que é o segundo projeto que será implementado agora, tiveram como grande articulador Leodegar Tiscoski na secretaria nacional de Saneamento Ambiental.

Investimentos como aquele, deputado Valmir Comin, já ocorreram em Criciúma e já estão em andamento em Tubarão, em Laguna, em Itapema. E temos aqui uma relação muito extensa de municípios em Santa Catarina que receberam, deputado Reno Caramori, investimentos na área de saneamento, tirando inclusive o nosso estado daquela posição vexatória em que nos encontrávamos de somente ganhar do Piauí. Nós éramos o penúltimo estado em saneamento ambiental e depois que Leodegar assumiu essa pasta os números de Santa Catarina começaram a melhorar ano a ano, até porque, deputado Volnei Morastoni, todos esses investimentos, como são muito volumosos, vão levar algum tempo para começar a produzir um efeito e uma ação.

V.Exa., que é um grande defensor da causa da saúde, saneamento ambiental é uma questão de saúde pública, e não tenha dúvida de que Santa Catarina vai perder com a saída, com a ausência de um catarinense com conhecimento, com a capacidade de Leodegar Tiscoski naquela secretaria.

No lugar dele, srs. deputados, vai entrar um paulista indicado pelo deputado Paulo Maluf. Tomara que vá para lá cuidar de verdade do saneamento; tomara que seja essa a intenção.

Lamento profundamente que esse tipo de ação tenha sido feita em detrimento do próprio partido, especialmente do estado de Santa Catarina, que perde na pessoa de Leodegar Tiscoski, que comandava aquela pasta tão importante, deputado Valmir Comin, a possibilidade de viabilizar, de canalizar ainda mais recursos para as administrações municipais.

São tantas parcerias, deputado Volnei Morastoni, e, o que é melhor, parcerias com administrações de todos os partidos. A ação de Leodegar Tiscoski sempre foi suprapartidária, pois ele nunca olhou a cor da filiação partidária do prefeito. Basta levantarmos os grandes investimentos feitos e iremos identificar administrações de todas as cores. Em Criciúma, por exemplo, foram quase 100 milhões, num total, pela prefeitura do PSDB, de recursos viabilizados pelo governo federal; como Itapema; Itajaí, que é sua cidade, deputado Volnei Morastoni, que é também do Partido Progressista; Biguaçu; Caçador, deputado Reno Caramori, e Laguna, que é do PT. Então, Leodegar Tiscoski não olhava a filiação partidária, pois sempre foi um grande técnico extremamente responsável.

Enfim, vamos trazer aqui a relação de municípios e o montante de investimentos que foram viabilizados pela presença de um catarinense da responsabilidade de Leodegar Tiscoski que, lamentavelmente, nessa ação, nessa intervenção do deputado Paulo Maluf acabou sendo tirado daquela pasta. Perdeu o partido, deputado Valmir Comin, e perdeu o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 14 minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Não havendo oradores do PSD que queiram fazer uso da palavra, os próximos 16 minutos estão destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não há oradores do PMDB que queiram fazer uso da palavra.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0032/2012; 0103/2012; 0122/2012; 0130/2012; 0142/2012; 0296/2010 e 0461/2011, de entidade social.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0099/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0109/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0170/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0005/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que enviará aos destinatários as Indicações n.s: 0305/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli, e 0306/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunicamos que serão deferidos os Requerimentos n.s: 0612/2012, 0613/2012 e 0614/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

Moção n. 0039/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviada ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando gestionar junto aos ministérios da Agricultura e da Fazenda para que adotem, em caráter de urgência, medidas efetivas com a finalidade de solucionar a crise que atinge a suinocultura nacional, em especial a suinocultura de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0056/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao procurador-geral do estado, solicitando informações referentes aos processos propostos pelo Ministério Público contra condutores flagrados dirigindo sobre a influência de álcool ou outras drogas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Serafim Venzon e não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para quinta-feira, às 19h, em homenagem aos 30 anos de criação da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina.

Está encerrada a presente sessão.